

GT66: Povos indígenas isolados e de recente contato contra a aliança governo/agronegócio/missões: desafios perante a retomada da ideologia de integração e o desmonte da política de proteção

Miguel Aparicio, Fábio Augusto Nogueira Ribeiro

Ao longo da história do país o "cerco" imposto aos inúmeros povos indígenas que, conscientemente, não participam da lógica nacional são muitos: o estímulo desenvolvimentista na execução de grandes empreendimentos devastadores; o avanço incessante do agronegócio; a ânsia pela extração de minérios, madeira e demais recursos naturais; a busca por novas almas para a conversão, mediante persuasão praticada por determinadas agências missionárias; a grilagem, etc. Atualmente, a retomada da ideologia de integração e o desmonte da política de proteção contradizem direitos consolidados pela Constituição há mais de trinta anos, impulsionando práticas de extermínio e negligência. Diante do avanço destes contextos e da vivência de experiências genocidas, diversos coletivos optaram por formas de vida que têm sido referidas por termos como "isolamento". Este GT reunirá investigadoras, investigadores e analistas dedicados a discutir os desafios impostos nos diversos contextos em que se encontram esses povos. São também bem vindas reflexões sobre de que forma o rechaço ou evitação das relações de troca com o entorno podem ser entendidos como ação política ou busca por autonomia destes coletivos indígenas. Conflitos de interesses, agência em relação à autodeterminação sobre sua existência e desafios da garantia de seus direitos compõem algumas das temáticas discutidas pelo GT.

A (re)existência da Referência: Ituna-Itatá no impasse da política de localização de indígenas isolados

Autoria: Guilherme Augusto Gomes Martins

A Terra Indígena Ituna-Itatá (PA), inicialmente estabelecida como área interdita para concluir os estudos de localização do povo indígena isolado ali referenciado, hoje se encontra em nível crítico de desmatamento e invasão. O furor da grilagem na região vem esfacelando a proteção da área e dificultando cada vez mais os trabalhos de localização da referência do grupo em isolamento, impossibilitando a consolidação dos dados necessários para a confirmação deste registro de povo indígena isolado pelo Estado e, conseqüentemente, a garantia da demarcação de seu território. A complexidade em torno de Ituna-Itatá a torna centro de debates fundamentais acerca da política para indígenas isolados no Brasil. A Terra Indígena é palco da maior disputa fundiária atualmente em curso envolvendo as figuras administrativas de "Referência em Estudo de Povo Indígena Isolado" e de "Área de Restrição de Uso". Mesmo diante do avanço desenfreado do esbulho territorial em curso, indigenistas expedicionários da Funai vêm corroborando dados etnohistóricos, arqueológicos e antropológicos sobre a presença do povo isolado consolidando a "Referência em Estudo de Povo Indígena Isolado nº 110 - Igarapé Ipiaçava" (como é designado oficialmente o Registro de Povo Indígena Isolado pela Funai). Contudo, o lobby ruralista pressiona o Estado brasileiro para refutar os dados coletados, a fim de não mais renovar as portarias que interdita a Terra Indígena e assim liberar a área para os invasores. Este trabalho pretende analisar os vestígios, relatos e paisagens que integram os dados da presença de isolados em Ituna-Itatá a partir de "contextos sócio-ecológico-territoriais específicos" (Mura, 2011). A partir desta proposta, será destacada as múltiplas causas e intencionalidades políticas que envolvem os vestígios e dados sobre a presença dos isolados, para além de uma abordagem que se limite apenas aos atos e lógicas de produção de objetos. A análise partirá também das reflexões acerca da teoria da ação, tal qual a "política da consideração" (Kelly & Matos, 2019), a fim de pensar as relações que compõe o

status de reconhecimento (ou não) deste sujeito anfibiológico que se traduz pelo Estado como "Referência em Estudo". Diante disso, algumas questões instigam essa reflexão: se por um lado o Estado reconhece apenas parcialmente a existência desses indígenas, como se estabelece as dinâmicas de consideração enquanto conjunto de relações ambientais e históricas de interação encontradas nos vestígios e relatos sobre os isolados? Neste contexto, cabe-nos perguntar ainda: quais são os direitos (e o infortúnio) daqueles a quem o Estado classifica como "Referência em Estudo"?

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

